

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA**  
**CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**INTERAÇÃO ACADÊMICA HISPANO-BRASILEIRA DURANTE O**  
**GOVERNO LULA (2003 – 2011)**

**JULIENE ARAUJO CARNEIRO**

**CARUARU**  
**2016**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA**  
**CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**INTERAÇÃO ACADÊMICA HISPANO-BRASILEIRA DURANTE O**  
**GOVERNO LULA (1995 – 2005)**

Monografia apresentada por Juliene Araujo Carneiro, ao curso de Relação Internacionais do Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES-UNITA, como exigência para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Me. Gustavo de Andrade Rocha.

**CARUARU**  
**2016**

## **BANCA EXAMINADORA**

Aprovada em

Presidente: Prof. Msc. Gustavo de Andrade Rocha

Primeiro Avaliador: Prof. Dr. Marconi Aurélio e Silva

Segundo Avaliador: Prof. Msc. Renata de Lima Pereira

**CARUARU**  
**2016**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus em primeiro lugar por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta universidade, corpo docente, direção e administração que me oportunizaram chegar ao final.

Ao meu orientador, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube e pelas suas correções.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

*“Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”.*

(Josué 1:9)

## RESUMO

As Relações Internacionais muito avançaram depois da Segunda Guerra Mundial, a prevalência do capitalismo aliada a globalização, mudou a forma do mundo se relacionar, as cooperações Internacionais se consolidaram e foram institucionalizadas, com isso foram criados, grupos políticos e econômicos que intermediavam tais relações. O Brasil, acompanhando o resto do mundo consolidou-se também nas relações Internacionais, buscando acordos e parcerias que ajudassem o desenvolvimento do país. Assim em 1192 foi promulgado o Decreto entre o Brasil e a Espanha que consolidou a parceria entre os dois países nas interações acadêmicas, por conseguinte ao longo dos anos isto foi se aprimorando, tendo seu ápice em 2005, ano pertencente a Era Lula no Brasil, com a visita Zapatero, a partir daí aconteceu o ápice da relação, e desde de então os dois países de forma bilateral vem criando, e difundindo pesquisas nas mais diversas áreas, e desta forma contribuindo para o desenvolvimento do país. O presente trabalho dedica-se sobre a discussão dissertativa da **Interação Acadêmica Hispano-brasileira durante o governo Lula (1995 – 2005)**, abordando o entendimento bibliográfico a respeito do assunto. Os aportes principais do estudo vislumbram compreender os avanços desta cooperação e seus resultados. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, trata-se de pesquisa meramente teórica; em razão disso, utilizar-se-á como método de abordagem o indutivo.

**Palavras Chaves:** cooperação internacional – hispano-brasileira - intercâmbio

## ABSTRACT

International Relations greatly advanced after World War II, the prevalence of capitalism allied with globalization, changed the way the world relates, international cooperations were consolidated and institutionalized, thereby creating political and economic groups that intermediated such relations. Brazil, following the rest of the world, also consolidated itself in International relations, seeking agreements and partnerships that would help the development of the country. Thus in 1192 it was promulgated and Decree between Brazil and Spain that consolidated the partnership between the two countries in the academic interactions, for therefore to the beginning of the years it had been improving, having its apex in 2005, year belonging to Era Lula in Brazil, With the Zapatero visit. From that point on, the apex of the relationship happened, and since then bilateral relations have been creating and disseminating research in the most diverse areas, and in this way contributed to the development of the country. The present work is dedicated to the dissertation discussion of the Hispano-Brazilian Academic Interaction: during the Lula administration (1995-2005), approaching the bibliographic understanding on the subject. The main contributions of the study are to understand the progress of this cooperation and its results. The methodology used is the bibliographical research, it is a purely theoretical research; Therefore, it will be used as a method of approach the inductive

**Key Words:** International cooperation - hispano-brasileira - interchange

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>1. O REGIME INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO BILATERAL</b>	<b>14</b>
1.1. A Questão da Cooperação Internacional	14
1.2. Regimes Internacionais: Perspectivas Teóricas	16
1.3. Cooperação e Interdependência Complexa	20
1.4. Análise Histórica das Cooperações no Período Entre Guerras	22
<b>2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ACADÊMICA</b>	<b>25</b>
2.1. Relações Bilaterais Hispano-Brasileiras	25
2.1.1. Cooperação Acadêmica	30
2.1.2. Cooperação Científica e Tecnológica	34
2.2. As Relações Hispano-Brasileiras: durante o Governo Lula (1995 – 2005)	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

As relações internacionais ganharam uma nova visão após a Segunda Guerra Mundial, a globalização aliada ao capitalismo estreitou as relações entre os Estados Nações, com isso tais relações foram institucionalizadas através de cooperações internacionais, cooperações estas que facilitaram as transações com os entes, gerando renda, organização e progresso.

E assim desmitifica a ideia de cooperação:

Quando se fala em cooperação, a crença popular direciona seu conceito para a simples doação de dinheiro de um país a outro. Entretanto, a cooperação possui um sentido bem mais amplo, sendo a doação de dinheiro apenas uma das modalidades de cooperação, em que também se encontra a possibilidade de transferência de conhecimentos tecnológicos e estruturais, organização de ações especializadas em locais assolados por guerras e catástrofes naturais, doação de alimentos, instrumentos e medicamentos e também concessão de empréstimos em condições mais favoráveis do que as oferecidas por bancos privados, cujo único objetivo é a obtenção de benefícios econômicos particulares. Podemos, assim, identificar a cooperação como uma maneira solidária de entender as relações humanas, ou também, como veremos adiante, uma maneira estratégica de orientar a política externa de acordo com seus interesses. (MANCCINI, 2013)

A cooperação internacional fortaleceu-se, tornou-se uma alternativa de relacionamento no âmbito internacional, os Estados perceberam que as Guerras traziam mais perdas que ganhos e viram a necessidade de buscarem uma forma de se relacionarem harmonicamente através de acordos e negociações.

A cooperação internacional é a expressão de um trabalho conjunto entre nações, visando trocar de contribuições e operações para todos os atores envolvidos. O bom gerenciamento do serviço de cooperação acadêmica internacional é um grande aporte para o desenvolvimento da sociedade acadêmica de um país.

Ainda segundo Keohane (1984) a cooperação acontece quando os atores ajustam seus comportamentos às preferências dos outros por meio do processo de coordenação de políticas. Assim, se as políticas dos governos facilitam automaticamente o interesse dos outros governos, temos a harmonia, que vem a ser um evento raro no mundo político. Os desacordos frequentemente induzem as tentativas de ajustar suas políticas e depois modificá-las.

A globalização avançou, acompanhou as mudanças sociais, ou mais fez parte destas, e com isso o desenvolvimento tecnológico proporciona um estágio avançado de interação entre, pessoas, povos e nações.

Assim não cabe mais a cultura de isolamento, todos são protagonistas, de uma interação, sejam pessoas ou nações. O intercâmbio cultural científico e tecnológico se faz necessário a todos os países, aproveitar os conhecimentos e realizar trocas entre países, pessoas e, principalmente, Universidades, formadoras de opinião e propulsoras do conhecimento universal. Deste modo, um estudo aprofundado do assunto otimizará a visão do assunto.

Assim as Cooperações Internacionais se firmaram, ganharam novas perspectivas, novas dimensões.

De acordo com João Pontes Nogueira e Nizar Messias (2005), a cooperação é um importante instrumento para o desenvolvimento do Sistema Internacional. A partir do advento da globalização, o mundo não admite uma postura de isolamento. É importante e necessário o intercâmbio a todos, entre países, pessoas e principalmente, Universidades, formadoras de opinião e propulsoras de conhecimento. A cooperação internacional é a expressão de um trabalho conjunto entre nações, a qual visa contribuir e buscar objetivos de interesse para todos os participantes envolvidos. (NOGUEIRA; MESSIARI, 2005, pp.163-168).

E o Brasil por assim também fazer parte do mundo também acompanha estes mecanismos de interação e cooperação, evidenciando-se aqui neste a Interação bilateral acadêmica Brasil – Espanha na Era Lula.

A relação Brasil Espanha estreitou-se em 2005 com a visita de Zaparetto ao país, a partir dali, as portas dos dois países se abriam para diversas transações, as quais produziram resultados de grande valia, principalmente para o desenvolvimento em pesquisa dos dois países.

Os intercâmbios internacionais acadêmicos em muito tem contribuído para o desenvolvimento mundial nas mais diversas áreas, a troca de conhecimentos, as pesquisas conjuntas, o empenho e dedicação, destacando-se aqui as áreas de tecnologia e ciência.

De acordo com o professor colômbiano Alberio Trujillo (2013) estudos são essenciais para o fomento de acordos internacionais acadêmico, o que possibilita a efetivação de políticas de Mobilidade Acadêmica e o estado atual de crescimento na educação internacional, junto aos avanços dos países no âmbito da cooperação internacional, permite que a pesquisa acadêmica tenha reconhecida a sua qualidade e seja valorizada. Assim, as políticas de integração e cooperação acadêmica vêm se mostrando essenciais para o estabelecimento dos alicerces para o desenvolvimento do Brasil e os Estados parceiros.

A inserção internacional acadêmica requer uma visão flexível, dinâmica e eficaz por parte dos autores, cooperadores, eis que este é um instrumento de fomento de economia, tecnologias, mas principalmente de conhecimentos.

A cooperação Internacional acadêmica é hoje imprescindível para os avanços no ensino aprendizado do ensino superior de um país, é meio de auxílio em seu desenvolvimento, em seu progresso.

Bezerra (2011) explica que a visita que o presidente Lula realizou à Espanha, em julho de 2003, serviu para transmitir confiança e buscar novos investimentos para estabelecer as bases e orientações das relações bilaterais nesta nova etapa. Foi do Rei Juan Carlos, da oposição socialista e dos líderes sindicais com os quais se entrevistou que Lula recebeu os maiores apoios. Segundo a imprensa Lula recebeu do Rei um sincero apoio “aos nobres esforços do governo brasileiro na luta contra a fome, a pobreza e a desigualdade social” e foi respaldado pelo PSOE e pelos líderes de Comissões Operárias e a União Geral de Trabalhadores para os que o novo presidente representava “uma esperança para a esquerda no mundo, para o desenvolvimento dos direitos humanos e para a defesa da legalidade internacional”. (Embaixada do Brasil em Madri, 2003).

O presente trabalho tem como escopo analisar como os processos de cooperação são relevantes nas relações internacionais. Através de um estudo de caso é pretendido se desenvolver uma análise que possa qualificar a importância da interação acadêmica para as Relações Bilaterais entre Brasil e Espanha, numa tentativa de conferir qual o real papel desempenhado pelas Escolas/Universidades e o impacto da sua atuação no sistema internacional.

Consolida-se ainda neste, uma linha de pesquisa fundada em vários estudiosos, mas em destaque para Keohane e Nye, que de forma muito clara e objetiva auxiliou na consolidação dos entendimentos aqui apresentados

É sabido que Brasil e Espanha possuem uma história em comum, dotada de laços culturais, humanos e políticos que tradicionalmente os aproximam. Eis que a partir da década de 1990 esse relacionamento bilateral se tornou mais dinâmico graças aos investimentos espanhóis em território brasileiro.

O acordo de Parceria Estratégica (2003) deu nova cara às relações hispano-brasileiras, com a realização de encontros de alto nível e de grupos de trabalho com intuito de aprofundar o diálogo entre as duas nações. Tal estreitamento bilateral se

faz pertinente nos estudos de Relações Internacionais, uma vez que exemplifica como se dão e desenvolvem acordos de cooperação no contexto mundial.

Por meio de um estudo de caso, a análise é feita a partir de fundamentos teóricos e bibliográficos coletados com o intuito de incorporar os dados de maneira mais adequada à observação que está sendo feita aqui. O fenômeno social aqui em questão carece de um estudo de caráter qualitativo, uma vez que sua complexidade requer um exame intensivo que possibilite a produção de um conhecimento que, além de útil, seja explicitamente relevante.

No ambiente internacional em transformação, o Brasil e a Espanha desejam consolidar o diálogo que vêm mantendo entre si e, por isso, decidem fomentar a cooperação educacional. Assim é primordial entender o conceito de cooperação e como ela se dá em âmbito global, bem como ela acontece especificamente na relação dos dois países, e quais os principais resultados desta cooperação que está vigente desde 1982.

Para dar conta do objetivo geral, elencam-se como procedimento os seguintes objetivos específicos: compreender a cooperação como um instrumento necessário para as relações internacionais; apontar a historicidade das relações hispano brasileiras; compreender a cooperação acadêmica, tecnológica e científica hispano brasileira; e concatenar a relação hispano brasileira na Era Lula.

Encontra-se justificada a pesquisa em tela quando da necessidade de analisar e compreender o processo de cooperação de relações internacionais bilaterais entre Brasil e Espanha, principalmente no que se refere a interação acadêmica nestes dois países/Estado.

Quanto aos procedimentos, foram realizadas pesquisas em meios eletrônicos a fim de averiguar a produção a respeito do tema e doutrinária. Para tanto, como instrumentos de buscas, foram utilizados os verbetes: cooperação internacional, e relação hispano brasileira. O resultado encontrado foi artigos científicos, trabalhos e teses monográficas e matérias jornalísticas.

Eis que na primeira parte do trabalho são abordadas as teorias e estudos que esclarecem o que é cooperação internacional, focando em fundamentações do Neoliberalismo Institucional, buscando elucidar e delimitar o seu conceito, inclusive pontuando sobre a interdependência complexa, e fazendo um comparativo do pós segunda guerra e o avanço das Relações Internacionais.

A segunda parte traz a análise em si, em que são levantados alguns aspectos históricos que se fazem pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa.

Posteriormente, são analisados e averiguados os processos e projetos de cooperação entre Brasil e Espanha durante o Governo Lula 2003-2011, enfatizando principalmente as cooperações científica, acadêmicas e tecnológicas, e a forma da bilateralidade com a qual esta cooperação se confirma.

Em suma, é pretendido desvendar como os processos e acordos de cooperação desenvolvidos por dois atores, no caso Brasil e Espanha e a forma que este processo afeta as relações internacionais entre ambos. Considerando como tais articulações políticas, econômicas e sociais são essenciais nas relações do Sistema Internacional que é tido como anárquico e hostil, a cooperação mesmo havendo conflitos busca um resultado comum.

# CAPÍTULO 1 - O REGIME INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO

## 1.1 A Questão da Cooperação Internacional

Por cooperação no sentido literal da palavra entende-se a ação de ajudar, de atuar junto, de contribuir, ao tratarmos de Cooperação Internacional este termo ganha maior amplitude de significado, podendo ser classificado como a união, aliança de dois ou mais Estados-Nação com o objetivo de agregar, contribuir, ajudar com reciprocidade, buscando interesses próprios e coletivos, com a finalidade de atingir um objetivo comum, convergentes, seja ele político, econômico, estratégico, social ou cultural.

No Brasil, a Constituição da República de 1988 resguardou em seu art. 4º os princípios das Relações Internacionais, conforme segue:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

**IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;**

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. **(grifo nosso)**

Aponte-se aqui, o destaque dado na Constituição da República Federativa do Brasil, colocando a cooperação entre os povos como um dos princípios norteadores das relações internacionais.

Para melhor compreender Cooperação aduzi-se o entendimento de Keohane (1984). De acordo com o autor a cooperação tem de ser distinguida de harmonia. Harmonia refere-se à situação na qual as políticas dos atores, que perseguem seus próprios interesses independentemente dos interesses dos outros, em que a busca de um fim automaticamente facilitam atingir o objetivo do outro. De acordo com o autor, essa é a clássica situação econômica, descrita como o equilíbrio de mercado de oferta e procura estimulado pela mão invisível, ou seja, a contribui para alcançar

os interesses de todos. Nessa situação a busca do interesse próprio, não prejudica os interesses dos outros. Assim, quando a harmonia reina, não há a necessidade de cooperar. Já a cooperação requer que ações de indivíduos ou organizações sejam trazidas para alguma conformidade por um processo de “coordenação de políticas”.

Observe-se que ele diferencia a cooperação de harmonia, colocando a primeira como processo que vai além de buscas de necessidades, cooperar aqui é ajustar-se, ceder, contribuir, em busca de interesses comuns, tudo isso através de coordenações políticas.

Ainda segundo Keohane (1984) a cooperação acontece quando os atores ajustam seus comportamentos às preferências dos outros por meio do processo de coordenação de políticas. Assim, se as políticas dos governos facilitam automaticamente o interesse dos outros governos, temos a harmonia, que vem a ser um evento raro no mundo político. Os desacordos frequentemente induzem as tentativas de ajustar suas políticas e depois modificá-las.

Com base nesta mesma obra, pode-se intuir que Keohane (1984) afirma que as preferências de cooperação é um importante instrumento para o desenvolvimento do Sistema Internacional. A partir do advento da globalização, o mundo não admite mais uma postura de isolamento. Tendo isso em mente, se faz importante e necessário o intercâmbio a todos, entre países, pessoas, e, principalmente, Universidades, uma vez que são espaços propícios à formação de opiniões e propulsoras do conhecimento. Ainda de acordo com o raciocínio de Keohane (1984), a cooperação internacional é a expressão de um trabalho conjunto entre nações, a qual visa contribuir e buscar objetivos de interesse comum aos participantes envolvidos.

Portanto, a cooperação nunca é uma situação isenta de conflitos e desentendimentos, pelo contrário, ela é repleta de incompatibilidades e tentativas de superá-las, a fim de se chegar a um denominador comum.

Destarte os princípios dos regimes definem os propósitos que seus membros em geral esperam seguir, como exemplo de cooperação veja-se os princípios do extinto GATT (*Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - General Agreement on Tariffs and Trade*), atual Organização Mundial do Comércio (OMC), que não obrigam seus membros a aderir sistematicamente livre-comércio e, sim, a uma política de não discriminação e reciprocidade. O mesmo pode ser dito em relação aos acordos de não proliferação de armamentos nucleares, em que se espera que seus membros não favoreçam a proliferação nuclear. (BRASIL, 2010)

Consoante tais questões de cooperação e harmonia, Gilberto Sarfatti (2005) explica que o conceito de regime internacional pode ser complexo por se basear em quatro conceitos: princípios, normas, regras e procedimentos de decisões. Como por exemplo, as regras e normas estão muito próximas, tornando difícil o processo que indica quando as mudanças de regras são do (of) regime ou dentro (within) do regime.

Assim, tais anotações feitas por Sarfati (2005) apontam para a questão da natureza do Sistema Internacional em que, mesmo tido como anárquico, a cooperação não é impossível, como em situações de alianças militares e balanço de poder. Em tais cenários tal ferramenta política é exatamente alcançada em termos de interesses próprios de autopreservação, os quais, em última instância, aparecem como interesses mútuos. Visto isso:

Para a Teoria Neoliberal das Relações Internacionais, os Estados seguem sendo os principais atores das relações internacionais, além disso, o Sistema Internacional é considerado centralizado, ou seja, todos são iguais entre si e ninguém tem de obedecer a ninguém (anarquia). (KEOHANE, 1989, p.23-24)

Consoante tal perspectiva, o autor ainda reitera que “[...] para compreendermos o mundo moderno, devemos manter em mente os conceitos de descentralização e institucionalização.” (KEOHANE, 1989. p.1.) Em outras palavras, Keohane acredita que se faz imperativo levar em consideração a natureza anárquica das relações internacionais, bem como, a estrutura institucionalizada e descentralizada do âmbito global. Isso aponta para a necessidade de se estudar como os atores se organizam e articulam em tal contexto.

Os estados e as nações, por mais recursos que tenham, por mais economicamente estáveis sempre necessitarão das outras de forma harmônica, ou de cooperação, sempre haverá a relação entre nações na busca de objetivos comuns, o que antes era buscado em forma de guerras, invasões e atritos, atualmente no mundo globalizado, é feito de forma civilizada, os conflitos e divergência persistem, mas a forma de resolve-las está mais institucionalizada..

## **1.2. Regimes Internacionais: Perspectivas Teóricas**

Como apontado anteriormente, o Sistema Internacional possui características *suis generis* e é palco das relações de uma gama de atores e entidades dotadas de interesses e objetivos dos mais variados, políticos, econômicos sociais, culturais, etc.

Krasner (2012, p. 94) traz o entendimento de Regimes Internacionais, conceituando-o, e explicando cada ponto abordado, conforme segue:

Os regimes podem ser definidos como princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores. Os princípios são crenças em fatos, causas e questões morais. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições ou proscricções específicas para a ação. Os procedimentos para tomada de decisões são práticas predominantes para fazer e executar a decisão coletiva

A complexidade dos regimes está contida no entendimento de que estes devem permanecer independentes da mudança de interesses dos atores, a sua não permanência configuraria em meros acordos, já os regimes, buscam harmonizar, facilitar, nortear, a execução de cooperações, acordos e até harmonias.

As normas e princípios são diretamente vinculados a um regime, assim qualquer mudança de um destes paradigmas, também é mudança de regime, como melhor explica Krasner (2012, p. 95)

As mudanças em princípios e normas são mudanças do próprio regime. Quando normas e princípios são abandonados ocorre ou uma mudança para um novo regime ou o desaparecimento dos regimes de determinada área das relações internacionais.

Contudo, Krasner (2012, p. 100-101) ainda nos traz as causas de desenvolvimento dos regimes:

Uma ampla variedade de variáveis causais básicas tem sido apresentada para explicar o desenvolvimento de regimes. As variáveis mais importantes elencadas neste volume são 1) o autointeresse egoísta, 2) o poder político, 3) as normas e os princípios, 4) usos e costumes e 5) o conhecimento. As duas últimas são vistas como suplementares, incorporando forças mais básicas relativas a interesse, poder e valores.

Compreendido o Regime, elenca-se aqui suas variáveis de desenvolvimento, percebe-se sobretudo que tais variáveis se disseminam por fatores internos e externos da cooperação, bem como das instituições, passaremos agora a analisar as teorias que envolvem os Regimes.

O teórico Robert Owen Keohane (1941) desenvolveu estudos sobre o conceito de interdependência complexa, tornando-se representante do liberalismo institucional, no qual, combina a visão cosmopolita de Kant com o paradigma realista a respeito da natureza das relações entre os Estados no Sistema Internacional, no qual as instituições internacionais contribuem para a cooperação entre eles. Além disso, Keohane (1941) sugere três caminhos para análise do nível de institucionalização: o da semelhança, o da especificidade e o da autonomia.

Mais uma vez vê-se aqui a engrenagem da cooperação no âmbito das relações internacionais, colocando as instituições, como colaboradores, protagonista do desenvolvimento das buscas dos objetivos dos Estados.

Keohane e Nye (1981), afirmam que as relações interestatais instituem os governos como agentes através dos quais as sociedades interagem politicamente umas com as outras. Por outro lado, as relações transnacionais são levadas a cabo por indivíduos ou grupos de indivíduos de uma dada sociedade, que desempenham diretamente seus papéis na política mundial, independentemente de seus próprios governos.

Visto isso, para o Liberalismo Institucional de Keohane e Nye (1981), a cooperação é considerada como um meio eficaz para obter os objetivos do Estado, ou seja, a promoção do bem-estar interno. Como apontado no ponto anterior, os conceitos de descentralização e institucionalização fazem essencial na compreensão da conjuntura global. A institucionalização é definida como regras estabelecidas, normas convenções, reconhecimento diplomático, governados por entendimentos formais ou não formais. A anarquia descrita por Waltz (1979) como característica central do sistema internacional não pode ser entendida de forma isolada, pois grande parte do comportamento dos Estados é ditada pelo grau de institucionalização no relacionamento entre eles, levando em consideração o assunto e a época histórica.

Deste modo, os neoliberais não assumem que acordos internacionais são facilmente alcançáveis e mantidos, mas que a habilidade dos estados de se comunicar e cooperar uns com os outros depende da construção de instituições que serão mais ou menos. A perspectiva Liberal Institucionalista indaga questões referentes aos impactos causados pelas instituições externas sobre a ação estatal e sobre as causas das possíveis mudanças destas instituições. Diante disto, Keohane (1989) afirma que este tipo de questionamento só é válido quando os atores

possuem algum interesse comum implicando uma expectativa de ganhos por trás a cooperação e a variação reflete no comportamento dos Estados.

Percebe-se aqui, uma concordância quanto a importâncias das construções de instituições para a realização de cooperações, o questionamento que restas refere-se apenas a capacidade de mutação destas, ainda sim verifica-se como meio legítimo de atuar, organizar e assegurar as transações entre Nações e ou Estados..

Consoante tal perspectiva, o Liberalismo Institucional pode ser entendido como “[...] instituições internacionais contribuem para a promoção da cooperação entre os Estados e, assim, para aliviar a falta de confiança entre os Estados e o sentimento de medo mútuo presente no ambiente; todos considerados problemas tradicionais da anarquia internacional.” (JACKSON & SORENSEN, 2007, pp.151-193).

Para Nobrega (2003), o ponto de partida da Teoria dos Jogos – em sua missão de equacionar, por meio da matemática, os conflitos de interesse que acontecem a todo instante na sociedade e no mundo dos negócios – é constatar que, de modo geral, a tendência entre as organizações é maximizar o ganho individual. Nem as sociedades mais civilizadas conseguiram resolver esse dilema entre o pessoal e o coletivo.

De acordo com Nobrega (2003), é obvio que se todos se comportassem de forma altruísta não haveria dilema algum. Mas a vida real não é assim. E ao estudar por que não é assim, a Teoria dos Jogos despede-se de qualquer julgamento moral. Ao tentar entender os conflitos por meio da matemática e da lógica não existe espaço para conceitos como bem ou mal. O autor aponta que o foco são as estratégias utilizadas pelas organizações, o porquê de determinadas ações. A Teoria dos Jogos apenas decodifica a equação que compõe cada tomada de decisão e tenta compreender a economia interna das situações, em que:

Os Regimes Internacionais passaram a receber maior atenção por parte dos teóricos das Relações Internacionais a partir da década de setenta do século passado, motivados, entre mudanças na opinião pública devido ao fim da guerra do Vietnã, ao choque do petróleo, às demandas por uma nova ordem econômica mundial e a deterioração da performance econômica global refletiram uma mudança de foco tanto dos decisores políticos quanto dos teóricos. (KRASNER, 1983, p.2).

É nesse contexto de transição e reordenamento que Keohane e Nye (1988) formularam a Teoria da Interdependência Complexa. Para tais autores os acontecimentos ocorridos em determinado país têm cada vez mais efeitos concretos em relação aos outros países, sem que os mesmos tivessem qualquer controle

sobre esses fatos e seus efeitos. A teoria desses autores serviu para dar embasamento aos estudos dos regimes internacionais, pois trouxe à luz conceitos como cooperação e instituições internacionais, articulando-os de modo a compreender o papel das instituições internacionais na promoção da cooperação.

As Instituições internacionais são sobretudo mediadores de conflitos, patrocinadores de confiança, e o amparo legal para os estados nações transacionarem de forma segura.

Tratar de regimes internacionais envolve complexidades. Sua própria definição conceitual, surgida primeiramente no artigo de John Ruggie (apud Keohane, 1984), não é objeto de consenso por parte dos teóricos, a despeito da inexistência de precisão conceitual e de delimitações assertivas sobre seu uso. Aqui são apontadas a definição e três abordagens sugeridas por Krasner (1983) para a questão dos regimes internacionais. Segundo o autor, regimes são “[...] princípios, normas, regras e procedimentos para a tomada de decisão, implícitos ou explícitos, em função dos quais as expectativas dos atores em uma determinada área ou em um tema das relações internacionais”. (KRASNER, 1983, p.186)

Keohane (1984) define o grau de institucionalização entre os Estados e como ele pode ser medido de acordo com suas dimensões. As instituições são importantes no relacionamento entre os Estados porque afetam os incentivos que eles têm para cooperar. O autor nota que o Neo-Liberalismo deve ser visto como uma distinta escola de pensamento quando comparado ao Neo-Realismo, pois os neoliberais tendem a considerar a definição estrutural neo-realista demasiadamente limitada.

### **1.3. Cooperação e Interdependência Complexa**

Uma vez esclarecido e definido o conceito de Regimes Internacionais, cabe aqui abordar a questão da Cooperação e Interdependência Complexa que possui relação intrínseca com esse fenômeno político das relações internacionais. Primeiramente, vale ressaltar a importância de Edgar Morin que:

[...] é o pai da teoria da complexidade. Na educação o seu pensamento consiste na complexidade do ser e do saber. Sua teoria surgiu da constatação de que o planeta vive hoje uma crise sob todos os aspectos – agonia planetária - ela é composta pelos caracteres de perigo e oportunidades; perigo pela destruição que vem ocorrendo entre a natureza e os seres humanos e oportunidade, como caminho para a transformação. Para essa transformação Edgar Morin, aponta o paradigma da

complexidade, que influi na educação, que abrange todas as áreas do conhecimento. (PETRAGLIA, 2008, p. 82)

Levando isso em consideração, Keohane (1984) afirma que os regimes se referem ao processo de decisão em torno do qual as expectativas dos atores convergem, ora até que haja regimes sem cooperação (como se diz que há entre Israel e Síria). Nesse momento, o autor ligar a palavra cooperação a regimes internacionais.

Segundo Jonh Ruggie, que introduziu o termo em 1975, um regime é “um grupo de expectativas mútuas, regras e regulamentos, planos energias organizacionais e compromissos e compromissos financeiros que são aceitos por um grupo de Estados.” (RUGGIE, 1975 apud KEOHANE, p. 56). Tais regimes mesmo num contexto anárquico possuem normas, regras princípios que potencializam o grau de institucionalização em que:

[...] grupos de princípios implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimentos de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área de relações internacionais, os princípios são crenças de fatos e causação. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições ou proscições para as ações e os procedimentos de decisões, as práticas para fazer e implementar as escolhas coletivas.” (KRASNER, 1983, p.186)

Keohane e Nye (2001) indicam que dependência significa que o estado dos Estados é determinado largamente por forcas externas, enquanto interdependência é uma situação caracterizada por efeitos recíprocos entre os países ou entre os atores de diferentes países ou, simplesmente, o estado de mútua de dependência. Os autores explicam que as relações de interdependência não necessariamente implicam benefícios mútuos, porque pode haver grandes custos envolvidos dessas relações. De certa forma, a interdependência restringe a autonomia dos Estados e, assim, não se podia ser, a priori, quão custosa ou benéfica será a relação.

Uma vez que o Neoliberalismo é a primeira teoria de Relações Internacionais a apresentar um papel destacado aos atores transnacionais na política internacional, é importante responder a três críticas clássicas colocadas pelas teorias Estado-cêntricas: (a) em confronto direto com os atores transnacionais, o governo prevalece; (b) as relações transnacionais sempre existiram; (c) as relações transnacionais não afetam significativamente a high politics (segurança). (KEOHANE; NYE, 2001, p. 371.)

Os autores reconhecem que, na História, houve vários outros períodos de globalismo como durante a expansão imperialista do século XIX ou a época dos

descobrimientos marítimos. Por fim, a interdependência complexa, conforme descrita na primeira edição do livro de Sarfati (2005), é caracterizada: 1) pelos múltiplos canais entre as sociedades, com múltiplos atores, não apenas os Estados; 2) por assuntos múltiplos que não são claramente arranjos de forma hierárquica; e 3) pela irrelevância da ameaça ou do uso da força entre os Estados conectados pela interdependência complexa.

Os próprios Keohane e Nye (2001) esclarecem que o propósito do Neo-liberalismo não está em se opor ao Neo-realismo. Eles defendem que essa teoria propõe explicar as condições de guerra e paz nas relações internacionais focando nos dois eixos. A cooperação dos Estados fica em primeiro eixo, as instituições têm um importante papel para o sucesso do acordo e o segundo eixo é a despreocupação de muitos Estados com sua segurança em um mundo de interdependência complexa.

#### **1.4. Análise Histórica no Período Pós-Segunda Guerra**

As relações internacionais ganham espaço no contexto mundial, após o fim da Segunda Guerra Mundial, em especial com o advento da Nova Ordem Mundial e com o surgimento de Organismos Internacionais (ONU, OEA, CEPAL, etc.), os quais contribuíram para um estreitamento das relações entre os estados, principalmente nas questões diplomáticas e comerciais. A consolidação do capitalismo e a mundialização das relações, ocasionaram a queda de várias barreiras ideológicas e a visão global de relações ganhou amplitude.

A nova ordem mundial é marcada não mais pelo poder das armas, mas pelo poder do dinheiro, as relações econômicas estão mais intensas e com uma nova geopolítica. [...] A partilha do mercado mundial envolve as estratégias das grandes corporações econômicas e as políticas dos Estados (GOMES, 2009. p. 28)

Parte-se daí uma nova visão de cooperação para o desenvolvimento, é a partir do pós Guerra e da prevalência do capitalismo que os Estados passam a se unirem para produzirem riquezas.

De acordo com João Pontes Nogueira e Nizar Messias (2005), a cooperação é um importante instrumento para o desenvolvimento do Sistema Internacional. A partir do advento da globalização, o mundo não admite uma postura de isolamento.

É importante e necessário o intercâmbio a todos, entre países, pessoas e principalmente, Universidades, formadoras de opinião e propulsoras de conhecimento. A cooperação internacional é a expressão de um trabalho conjunto entre nações, a qual visa contribuir e buscar objetivos de interesse para todos os participantes envolvidos. (NOGUEIRA; MESSIARI, 2005, pp.163-168).

O historiador Eric Hobsbawm destacou em seu livro, *A Era dos Extremos* (1995), as principais características das relações internacionais no período que compreende o final da Segunda Guerra Mundial e o fim da década de 1980, período que ficou comumente conhecido como Guerra Fria, em que:

A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. (...) A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial (...). A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência - a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra - e não tentava ampliá-la com o uso da força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos (...). Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética. (HOBSBAWM, 1995, p. 224)

Como observou Thomas Hobbes: “[...] a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (HOBBS, 1651, p.224).

De acordo com Eric Hobsbawm (1995), durante a Guerra Fria não existia perigo iminente de guerra mundial. Os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A situação mundial foi se tornando estável pouco após da guerra, permanecendo assim até meados da década de 1970, quando o sistema internacional entrou em crise política e econômica. Visto isso:

Até então, as duas superpotências aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas Forças Armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre eles era possível a longo prazo. Na verdade, na hora da decisão, ambas confiavam na moderação uma da outra, mesmo nos momentos em que se achavam oficialmente a beira da guerra, ou mesmo já nela. (HOBSBAWM, 1995, p. 225).

De acordo com o Vice Almirante de Lisboa, Antônio Emílio Sacchetti, “O fim da bipolarização política mundial e, mais importante ainda, o fim dos governos comunistas europeus e a implosão da União Soviética permitiram a adesão voluntária de vários países, um pouco por todo o mundo, aos valores democráticos ocidentais.” (SACCHETI, 1992, p.157). E mesmo com novos cenários:

O fim da Guerra Fria provou não ser o fim de um conflito internacional, mas o fim de uma era. Os anos por volta de 1990 foram uma dessas viradas seculares. Mas, embora todos pudessem ver que o antigo mudara, havia absoluta incerteza sobre a natureza e as perspectivas do novo. (HOBSBAWM, 1995, p.252)

Levando em consideração o trabalho desenvolvido por Hobsbawm (1995), o que ficou conhecido como Guerra Fria, em linhas gerais, foi um período de tensão e hostilidade entre URSS e EUA, uma disputa ideológica buscando a liderança na nova ordem internacional, a qual se estabeleceu após a Segunda Guerra Mundial. Em outras palavras, o período pós-Guerra Fria trouxe consigo incerteza sobre o âmbito internacional, que a partir de então contava com fluxos e atores inéditos. O mundo encarava um novo contexto, em que as relações internacionais passaram por mudanças significativas. Os dois blocos em confronto se estruturaram em função da manutenção de seus respectivos sistemas e ideais políticos.

## CAPÍTULO 2 – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ACADÊMICA

### 2.1. Relações Bilaterais Hispano Brasileiras

As relações entre Espanha e Brasil nem sempre foram uniformes, para melhor compreendermos trazemos aqui trechos matéria publicada pelo Estado de São Paulo em 23/01/2005, que trata do assunto:

A visita ao Brasil do presidente do governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, **constitui um fato transcendente nas relações hispano-brasileiras, depois de décadas de indiferença, em que as relações bilaterais se caracterizaram pela mútua irrelevância.** Historicamente, os dois países mantiveram no seu relacionamento um baixo perfil e uma escassa densidade política e econômica, como consequência das diferentes motivações regionais e geopolíticas e das orientações divergentes de suas políticas externas.

[...]

Os dois países vão trilhar um caminho comum, com interesses e valores semelhantes que resultarão, em 2003, na definição de uma relação privilegiada sintetizada num Plano de Parceria Estratégica pelo qual Brasil e Espanha se comprometem **"a trabalhar para compartilhar conhecimentos e experiências que propiciem maior aproximação entre seus povos e promova a justiça social, o crescente intercâmbio de sua riqueza cultural e científica e, em definitivo, maior prosperidade de seus cidadãos."**

[...]

**Na perspectiva do presidente Lula, a parceria com a Espanha "é expressão eloqüente do extraordinário dinamismo de nossas relações bilaterais (...), uma parceria natural, sedimentada não apenas pelos elementos históricos, culturais e políticos que nos unem, mas também pelos novos vínculos regionais que se consolidaram a partir da década de 90 - tais como o relacionamento entre o Mercosul e a UE e o diálogo no âmbito ibero-americano". (grifo nosso)**

Destaque-se para o trecho acima trazido pelo nobre jornalista Marco Lacerda a afirmação de transcendência nesta nova relação, bem como, o autor destaca a mútua irrelevância, vê-se que a partir, deste momento, Governo Lula, a relação Hispano Brasileira toma novos rumos.

Verificam-se ainda, questões relevantes, principalmente no que se refere ao posicionamento desde já com a necessidade de intercâmbios tantos culturais e científicos, confirmando a bilateralidade da relação.

Sobretudo, o presidente Lula enfatiza o dinamismo das relações bilaterais hispano brasileiras, o intercâmbio, a cooperação, foram aprimoradas no governo e determinantes para a consolidação desta relação entre os países.

A cooperação acadêmica internacional passa pela internacionalização das universidades e pela mobilidade estudantil. Visto isso, conforme aponta o portal do Ministério da Educação do Brasil, o início do século XXI expõe o perfil do Brasil como sendo um país que encontra o caminho da estabilidade econômica, politicamente amadurecido e aberto para as relações com os países que ultrapassam as fronteiras do continente americano, com um elevado potencial de expressões culturais que lhe permite dialogar com as mais variadas culturas do mundo.

Laços históricos, culturais, humanos e políticos tradicionalmente aproximam o Brasil e a Espanha. A partir de década de 1990, os investimentos espanhóis no Brasil conferiram maior dinamismo ao relacionamento bilateral e a assinatura do acordo de Parceria Estratégica (2003) impulsionou as relações, prevendo a realização regular de encontros de alto nível e de grupos de trabalho para aprofundar o diálogo bilateral.

De acordo com o professor colombiano Alberio Trujillo (2013) estudos são essenciais para o fomento de acordos internacionais acadêmico, o que possibilita a efetivação de políticas de Mobilidade Acadêmica e o estado atual de crescimento na educação internacional, junto aos avanços dos países no âmbito da cooperação internacional, permite que a pesquisa acadêmica tenha reconhecida a sua qualidade e seja valorizada. Assim, as políticas de integração e cooperação acadêmica vêm se mostrando essenciais para o estabelecimento dos alicerces para o desenvolvimento do Brasil e os Estados parceiros.

No Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006, a ampliação dos horizontes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) trouxe novos desafios para a construção e a consolidação desta proposta educacional, com a pretensão de uma política de inclusão social emancipatória.

Conforme Ayllón Pino (2006), análises historiográficas apontam que o Brasil a partir da década de 1930 já arriscava seus primeiros passos na formulação de acordos de cooperação internacional. Todavia, numa perspectiva estrita, a Cooperação Internacional se consolidou e fixou estratégias de ação na metade do século XX, tendo como marco o fim da Segunda Guerra Mundial, quando se evidenciou a necessidade de reconstruir os países europeus. O autor afirma que com cidades praticamente destruídas, em amplas regiões, e grande parte da população sem condições de manter uma vida digna, foram criados o Banco Mundial

e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para financiar a reconstrução dos países afetados pela guerra.

O autor ainda aponta que os rumos seguidos pela Cooperação Internacional têm-se solidificado e vêm fortalecendo as relações entre nações que buscam maior igualdade de condições de vida digna e crescimento equilibrado para todos.

Também é relatado pelo autor Ayllón Pino (2006) a ampla adesão de países desenvolvidos a programas de cooperação, em especial membros das Nações Unidas, proporcionou aumentar o fluxo das relações e como consequência que alguns interesses comerciais e econômicos passassem a ser mais interessante e perceptível.

Como já fora visto as mudanças advindas após Segunda Guerra Mundial, trouxe para o palco das transações o capitalismo, e com isso grandes transformações econômicas mundiais as quais foram fundamentais para a compreensão das dinâmicas de poder estabelecidas pelo capital, bem como pelas grandes corporações transnacionais. Como também a crescente das instituições supranacionais, que atuam como agentes nesta dinâmica econômica, a exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, entre outros.

O surgimento dos blocos econômicos se deu pela necessidade do próprio Estado de se relacionar de forma estratégica. A priori a ideia era a criação dos blocos econômicos no intuito de diminuir a influência econômica e comercial do Estado. Porém, a formação destas organizações supranacionais fez com que o estado passasse a garantir a paz e o crescimento em períodos de grave crise econômica.

Em meados de 1980 surgiram os Blocos de Integração Regional de ordem essencialmente econômica e política como: Tratado Norte - Americano de Livre Comércio – NAFTA (1991); Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – Apec (1993); União 14 Europeia – EU (1992); Mercado Comum do Sul – MERCOSUL (1991); Comunidade Andina de Nações – CAN (1996) / Antigo Pacto Andino; União de Nações Sul – Americanas – UNASUL (2004) que se junta com a CAN e o MERCOSUL em um bloco econômico continental; Grupo Político de Cooperação Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – BRICS (econômico que identifica os integrantes do grupo); Área de Livre Comércio das Américas Blocos de Integração Regional de ordem essencialmente econômica e política como: Tratado Norte - Americano de Livre Comércio – NAFTA (1991); Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – Apec (1993); União 14 Europeia – EU (1992); Mercado Comum do Sul – MERCOSUL (1991); Comunidade Andina de Nações – CAN (1996) / Antigo Pacto

Andino; União de Nações Sul – Americanas – UNASUL (2004) que junta a CAN e o MERCOSUL em um bloco econômico continental; Grupo Político de Cooperação Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – BRICS (econômico que identifica os integrantes do grupo); Área de Livre Comércio das Américas – ALCA (2005), bloco que após de várias tentativas não se consolidou, por pressões ideológicas de países da região, entre outras razões.

Os blocos são de grande importância para o fortalecimento das relações internacionais, bem como para o desenvolvimento isoladamente de cada país participante, mas principalmente para o desenvolvimento e fortalecimento econômico das Nações.

O Plano de Parceria Estratégica Brasil – Espanha de 2003 destaca que dos principais blocos de integração regional, somente a União Europeia e o MERCOSUL têm nas suas estruturas organizacionais setores diretamente responsáveis pelo campo da Educação e Cultura. Uma vez que os países têm como principal interesse o favorecimento de ações políticas, econômicas e comerciais, enquanto, por outro lado, organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) surgem para viabilizar a capacitação dos países em desenvolvimento em áreas estratégicas.

Aduzimos aqui a publicação da Revista Brasil Espanha de setembro de 2012, da Edição de Lima(2012), que explica um pouco da relação destes dois países.

Desde 1998 a forte entrada de fluxos de investimentos estrangeiros diretos provenientes da Espanha colocou o país em uma posição relevante no ranking de participação no IED brasileiro, com reflexos em vários setores empresariais como também no âmbito político, cultural, educativo, gastronômico, de intercâmbio e cooperação. Sem dúvida foi um período frutífero e de muito interesse recíproco. Muitos milhões em fluxos de investimentos chegaram ao Brasil. Porém no contexto do intercâmbio de informações, conhecimento mútuo e fluxo de relações interpessoais muitas coisas ainda estão por construir. Neste contexto nasceu a Revista Brasil Espanha, da qual sou editora-chefe, com o objetivo de fomentar e contribuir para a ampliação desta comunicação hispano-brasileira de forma dirigida e com difusão nos dois lados do Atlântico. E a estréia de nossa colaboração neste espaço muito nos alegra, especialmente por que é mais uma peça que vem ao encontro da concretização desta nossa missão. (Revista Brasil Espanha, 2012)

Esclareça-se, contudo, que a autora deixa claro que em 1998, havia ainda uma grande necessidade de maiores investimentos nas questões dos intercâmbios de informações, que conforme veremos neste, teve uma consolidação maior a partir do governo Lula.

Desta forma a Cooperação Internacional, como elucidado didaticamente no capítulo anterior, configura-se como instrumento de promoção do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países.

Conforme é esclarecido pelo Plano de Parceria Estratégica Brasil – Espanha de 2003, surgem no Brasil agências para a cooperação técnica e de mobilidade acadêmica internacional cujo principal objetivo é o de financiar o intercâmbio entre o Brasil e diversos países parceiros.

As principais agências de fomento do Governo Federal são a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). De acordo com o Portal Capes (2016), a Cooperação Internacional promovida pelo Brasil tem por objetivo desenvolver atividades da pós-graduação brasileira no contexto mundial, por meio do intercâmbio internacional, na busca da excelência do ensino e da pesquisa.

De acordo com o órgão, esses acordos bilaterais do Brasil com outros países abarcam programas que fomentam projetos conjuntos de pesquisa entre grupos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, assim como missões de trabalho entre professores e bolsas de estudo para estudantes.

Confirma-se ainda no site do MEC 2016, desde 2001 o Brasil vem promovendo acordos bilaterais, por meio de programas de parcerias universitárias binacionais, que funcionam até o presente momento, objetivando o intercâmbio de estudantes e professores de graduação e pós-graduação.

A Comissão Europeia, organismo Executivo da União Europeia, lançou em 2004 o programa Erasmus Mundus que foi criado com o objetivo de restaurar a posição de liderança europeia no cenário universitário mundial, em que:

A iniciativa previa a concessão de bolsas para que estudantes de todo o mundo frequentassem cursos Masters (equivalente ao mestrado) promovidos por consórcios que reúnem 82 universidades europeias em 17 diferentes países (sendo 16 países membros da UE – Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Eslováquia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Portugal, Reino Unido e Suécia –, além da Noruega). (COMISSÃO EUROPEIA, 2013)

Segundo Stallivieri (2001), as motivações atuais que levam os países a cooperar são diversas, de acordo com seus interesses financeiros, econômicos, sociais, humanitários ou culturais, já que:

Os acordos de cooperação apresentam riscos que devem ser levados em consideração, haja vista que conduzem a possíveis restrições da liberdade

de Dadas as diferenças entre a estrutura da pós-graduação brasileira e o padrão seguido por outros países, tem havido dificuldades para o reconhecimento, por Universidades Brasileiras, de títulos conferidos por Universidades estrangeiras: segundo números da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino superior – ANPGIEES, até o primeiro semestre de 2013 existiam mais de 20.000 diplomados em Instituições estrangeiras de ensino superior que não haviam conseguido a revalidação. (BRASIL, 2016)

De acordo com DOWBORI (2010) que sabe-se que a cooperação internacional traz oportunidade aos países em desenvolvimento, contudo requer permuta para alcançar um acordo e todos os parceiros buscam maximizar seus interesses. Assim, consumir um acordo e sustentá-lo até o final do projeto comum é uma tarefa custosa. Estabelecem benefícios da cooperação, o compartilhamento dos custos, o acesso à experiência, tecnologia e instalações. A cooperação assume também como reforço político para o projeto e cria boas relações desempenhando influência sobre os parceiros e a qual funciona como efeito de liderança.

### **2.1.1. Cooperação Acadêmica**

Os Programas de Cooperação Internacional é um instrumento de formação o nos programas de pesquisa e pós-graduação, em todos os países.

O incentivo direto a pesquisa, a busca de novos conhecimentos, além de ser um estímulo próprio a Educação é um estímulo ao desenvolvimento pátrio, ademais quando agrega-se a novo intercâmbios, a trocas de conhecimentos.

A cooperação acadêmica internacional vem se mostrando um forte instrumento de consolidação e de fortalecimento das conexões entre os sistemas de pós-graduação e pesquisa da educação superior do Brasil e como outros países, bem como de qualificação de pessoal por meio do intercâmbio de estudantes, pesquisadores e docentes nos projetos conjuntos de pesquisa.

Os projetos associado a cooperação internacional refletem diretamente na melhoria da qualidade e da produtividade, abordando novos temas, realizando pesquisas mais aprimoradas, obtendo resultados mais definitivos..

Verifica-se, portanto, um dos papéis principais da universidade moderna está no estímulo desenvolvimento cultural , principalmente nas questões humanistas e à conscientização da interdependência entre os povos. A experiência adquirida pelos estudantes envolvidos em Programas de Cooperação Internacional ensejada pela

convivência com outras culturas pode influir positivamente sobre a vida acadêmica e social dos futuros profissionais.

De acordo com Stallivieri (2001) o caráter internacional das universidades está presente desde a Idade Média com a criação das primeiras escolas europeias. A formação dessas escolas, chamadas de "universitas", contava com professores e estudantes de diferentes regiões e países, apresentando em sua constituição comunidades internacionais, que se reuniam em busca de um objetivo comum: o conhecimento.

A promoção de outras formas de intercâmbio internacional e de um bem sustentado programa de cooperação nacional foi defendida como um recurso para a extensão a um maior número de equipes brasileiras, dos benefícios resultantes do apoio recebido por cada projeto, mesmo após a cessação dos financiamentos. Importante destacar que o acoplamento dos intercâmbios internacional e nacional relaciona-se também com o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. Foi esse desenvolvimento que estabeleceu condições para que a implantação da cooperação nacional pudesse se firmar como uma importante alternativa para a consecução de muitos dos propósitos que, anteriormente, somente poderiam ser conquistados por meio de intercâmbio internacional.

Espera-se que a educação superior forme profissionais que possam não somente conquistar os melhores empregos, mas também que sejam geradores de oportunidades de trabalho para outros (UNESCO, 2005).

As cooperações entre o Brasil e a Espanha iniciaram uma sólida parceria na celebração da reunião da Comissão Mista de Cooperação, nos dias 21 e 22 de setembro de 1995, contemplada no Tratado de Amizade e Cooperação de 1992, a primeira realizada desde a assinatura do citado convênio e sua posterior ratificação em 1994. Nela foram traçadas as grandes linhas da cooperação bilateral divididas em quatro eixos principais: educação, capacitação e formação de recursos humanos; modernização institucional; modernização de infraestruturas e de setores produtivos; cooperação cultural.

Os volumes de cooperação dedicados pela Espanha ao Brasil são chamativos e inexplicáveis por sua exiguidade, dando-nos as chaves de uma cooperação excessivamente centrada nos países de fala hispana. Como se afirma no Relatório PROCOPÍ dedicado às relações hispano-brasileiras, se comparadas com as quantidades que vinculam ao Brasil com outros países europeus que não possuem quase relações históricas com o país, os programas de cooperação espanhóis são mínimos e não se compreendem pelo potencial econômico brasileiro e pelo tratamento que

recebem as economias equiparáveis como à argentina ou a mexicana. (INFORME PROCOPI, pp.120-122).

Durante a Reunião Mista Espanha-Brasil de Cooperação, Madri (1997), os projetos de cooperação bilateral hispano-brasileiros se desenvolveram em torno dos quatro campos cotados na II Reunião da Comissão Mista:

1- A educação, capacitação e formação de recursos humanos com ênfase na especialização de alto nível, o apoio à reforma do ensino secundário e a formação profissional, a educação superior a distância, o ensino e difusão do espanhol e do português, as novas tecnologias da educação;

2- A modernização institucional perseguindo a necessidade de estreitar a cooperação nos âmbitos da modernização das Administrações Públicas, os Sistemas Nacionais de Saúde, com destaque para os projetos dedicados à implantação de um Sistema Nacional de Transplantes no Brasil e a cooperação para a integração social mediante a colaboração entre o Instituto Espanhol de Migração e a Coordenadora Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiências do Brasil;

3- A modernização dos setores produtivos e as infra-estruturas concentrando as ações no terreno meio ambiental com o financiamento bilateral do Programa Piloto para a Proteção da Floresta Tropical do Brasil e os projetos de cooperação técnica na luta contra incêndios florestais. Ainda dentro do campo da infra-estrutura, com a cooperação em matéria de agricultura e recursos hídricos, pesca e aqüicultura, transportes e obras públicas e uma atenção especial para três âmbitos assinalados: a cooperação empresarial (convênios em matéria de normalização e certidão, ações no setor da Pequena e Média Empresa e a criação de parques industriais tecnológicos); a energia através de um programa conjunto de trabalho entre o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do São Paulo e o Instituto espanhol para a Diversificação e Economia da Energia; o desenvolvimento turístico, impulsionado pela assinatura do Acordo de Cooperação em matéria de turismo de 1997 concretizado, entre outros, no projeto de apoio ao Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Básica do Turismo do Sul do Brasil (PRODETURSUL). Finalmente, no campo da cooperação científica e tecnológica, com o aprofundamento do Convênio de colaboração entre o Centro de Desenvolvimento Tecnológico Industrial da Espanha (CDTI) e a Financiadora de Estudos e Projetos do Brasil (FINEP);

4- A cooperação cultural, prosseguindo os esforços de exercícios anteriores nos campos da preservação do patrimônio, da expressão artística e cultural (audiovisual, livros, arquivos e bibliotecas, artes plásticas, artes cênicas, gestão

cultural) e da cooperação ibero-americana com o apoio às iniciativas desenvolvidas no marco das Cúpulas (programa IBERMEDIA de produções audiovisuais, programa ABINIA de colaboração entre Bibliotecas Nacionais e programa do Sistema de Arquivos Ibero-americanos).” (Ata II, 1997, Reunião Mista Espanha-Brasil de Cooperação)

Conforme Bruno Ayllón Pino (2006), tem-se como exemplo na cooperação educativa dos governos da Espanha e do Brasil o reconhecimento da existência de um potencial para a intensificação das suas relações , o protocolo assinado entre a Universidade de Salamanca e o Governo brasileiro, no dia 26 de outubro de 2000, o qual consentiu a criação de um Centro de Estudos Brasileiros (CEB) e a constituição de uma Fundação Hispano Brasileira com a finalidade suprir a ineficiência de informações relativas a realidade do Brasil.

O ex-embaixador do Brasil na Espanha, Carlos Moreira García (2000) destaca a funcionalidade das relações hispano-brasileiras no qual houve um crescimento muito grande da presença espanhola na área econômica e financeira, contudo não foi acompanhada pelo avanço no conhecimento sobre o Brasil. García (2000) esclarece que a presença de brasilianistas na Espanha é um fator estabilizador, na medida em que é melhor quando o outro lado de uma relação está bem informado. Nota-se que é:

Destacado exemplo de febril atividade no âmbito da cooperação interuniversitária com a Espanha foi a desenvolvida pela Universidade Federal de Pernambuco que assinou, entre outros, um ambicioso conjunto de projetos de cooperação com a Universidade de Salamanca e com a Universidade Politécnica de Madri. (Convenio entre Universidades Ibero-americanas para a Espanha, 2002).

Outros fatores estimularam a ascensão das relações de cooperação acadêmica aumentando o interesse pelos temas espanhóis e brasileiros. Por exemplo, o projeto iniciado entre a Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED) e a Universidade de Brasília (UNB) para a execução de ações de formação para a implantação no Brasil de um sistema de Educação Superior a Distância, foi tido como “uma necessidade imperiosa em um país de dimensões continentais, que conta com núcleos de população afastados dos grandes centros urbanos onde se dividem doutrinas universitárias.” (Portal Brasil, 2013). Já:

No âmbito da cooperação gerada pelo sistema de Cúpulas Ibero-americanas, o Brasil e a Espanha são dois dos países mais ativos no Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED). De um total de 2557 grupos de pesquisa existentes no ano 2000

no CYTED, a Espanha participava com 361 e o Brasil com 307. (FAUBAI, 2001)

Conforme Sebastian (1999) o Brasil e a Espanha são dois dos países mais ativos nos programas de cooperação interuniversitária. No PCI, Programa de Cooperação Interuniversitária, o Brasil ostentava o primeiro lugar por número de universidades participantes, entre 1991 e 1997, com 81 instituições de ensino superior. Em sua modalidade de estudantes, o PCI outorgou entre 1995 e 1999 um total de 831 bolsas a brasileiros.

### **2.1.3. Cooperação Científica e Tecnológica**

A cooperação científica e tecnológica é como já dito um instrumento necessário para o avanço e desenvolvimento dos entes envolvidos.

O ex-ministro de Estado do Governo de Fernando Henrique Cardoso entre os anos 1995 e 2002, Celso Lafer, proferiu na Casa de América, em Madri em 30 de abril de 2002, ressaltou a filosofia de que a cooperação científica e tecnológica é uma relação madura e equilibrada, fora dos eixos tradicionais da cooperação espanhola na região dirigida para os países em menor desenvolvimento relativo da América Latina, na qual o Brasil fora excluído em função de sua escala, tamanho e estado avançado de pesquisa em seus centros e universidades.

A pesquisa científica é o instrumento de solução para os problema, tanto passados quanto modernos necessário ao crescimento dos atores envolvidos, mas principalmente para seu equilíbrio.

Para o ex-embaixador do Brasil, Lauro Moreira (2000) a cooperação Brasil-Espanha na área de Ciência e Tecnologia era, acompanhado do incremento do conhecimento mútuo, o segundo fator estabilizador das relações bilaterais após incorporar um âmbito no qual os dois países possuíam um nível de desenvolvimento equivalente e com necessidades tecnológicas homogêneas.

É de 1992 o Decreto que firma a cooperação Técnica entre os dois países a contar:

#### **DECRETO No 633, DE 19 DE AGOSTO DE 1992.**

Promulga o Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, entre o Governo da República

Federativa do Brasil e o  
Reino da Espanha.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição, e

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha assinaram, em 13 de abril de 1989, em Madri, o Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Convênio por meio do Decreto Legislativo nº 12, de 25 de maio de 1990;

Considerando que o Convênio entrou em vigor em 27 de julho de 1992, na forma de seu artigo XVII;

**DECRETA:**

Art. 1º O Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de agosto de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR

Celso Lafer

Ainda sim como bem citado no próprio Decreto constam o protocolo de intenções de cada um dos atores envolvidos, o qual tem por finalidade a verificação de atuação, proceder a avaliação, estabelecer as áreas de atividades, considerando as prioritárias:

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA ESPANHA.**

Em consonância com os termos do Convênio Básico de Cooperação Técnica, firmado em abril de 1971, e do Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado nesta data, e dando seqüência aos recentes esforços para ampliar a cooperação entre os dois países, o Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, e o Ministro de Estado dos Assuntos Exteriores do Reino da Espanha, Francisco Fernandez Ordéñez, manifestam sua vontade de convocar, nos próximos meses, em data a fixar por via diplomática, a primeira reunião, em Brasília, da Comissão de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, prevista no Artigo VII do Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, a fim de:

1. Proceder à avaliação das atividades de cooperação técnica, científica e tecnológica bilateral atualmente sob a égide do Convênio Básico de 1971, ora em desenvolvimento em áreas tais como de Irrigação, Pesquisa Agrária, Formação Profissional, Higiene e Segurança do Trabalho.

2. Estabelecer as áreas que futuramente serão consideradas prioritárias e definir as atividades que comporão os Programas de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica a serem desenvolvidos nos próximos anos.

A parte brasileira demonstrou interesse especial em que sejam estudadas formas de cooperação em setores como mecânica de precisão e química fina, principalmente fármacos, defensivos, catalizadores e aditivos para alimentos e outros.

A parte espanhola, reconhecendo a importância dessas prioridades, manifestou desejo de que esta cooperação seja dirigida a projetos de pesquisa e desenvolvimento, a serem definidos em conversações técnicas.

Os dois Ministros reiteraram, também, o compromisso de comunicarem mutuamente, por troca de notas, a designação de suas respectivas entidades encarregadas da coordenação dos Programas de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica.

Madri, 13 de abril de 1989.  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**Roberto de Abreu Sodré**  
PELO REINO DA ESPANHA.A R.

Da ampla gama de iniciativas iniciadas neste aspecto, destaca-se o acordo assinado em 1996 entre a Financiadora brasileira de Estudos e Projetos (FINEP) e o Centro para o Desenvolvimento Tecnológico Industrial (CDTI) da Espanha. A origem deste projeto de cooperação bilateral data de 1995, quando o CDTI viu o crescente desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Espanha que mandaria uma elevada intensificação das relações entre as empresas espanholas e brasileiras e propiciaria, por sua vez, o crescimento do interesse pelas relações baseadas na cooperação tecnológica.

O intercambio pode ocorrer em diversas áreas da pesquisa científica os níveis de excelência dos pesquisadores do Brasil e da Espanha tem gerado nos últimos tempos grandes achados nesta cooperação bilateral.

Em função da intensificação das relações políticas bilaterais e multilaterais, da excelente situação das relações econômicas a causa da chegada dos investimentos e das afinidades históricas e culturais, a elevação do nível da cooperação entre o Brasil e a Espanha deveria corresponder com o estabelecimento de uma efetiva parceria hispano-brasileira que redundasse em transferência de tecnologia e conhecimentos em áreas de interesse mútuo, de acordo com a potencialidade da inter-relação entre os dois países. Uma avaliação da cooperação hispano-brasileira, entre 1995 e 2000, durante a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha sobre Cooperação, realizada em Madri no período entre 7 e 8 de julho, a qual apontou a insuficiência dos recursos destinados pela Espanha à cooperação com o Brasil.

## **2.2. Relações Hispano-brasileiras: durante o Governo Lula (2001-2013)**

De acordo com Ada Bezerra (2011) foi-se construindo junto à opinião pública espanhola e entre a classe política e econômica, uma imagem positiva do presidente brasileiro Lula como governante equilibrado, responsável e que imprimia um forte cunho social nas políticas públicas. A imagem foi confirmada pela repercussão da concessão a Lula do prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional em junho de 2003 por “combater a pobreza, a desigualdade e a corrupção e por seu

admirável passado de luta pela justiça”, favoreceu a criação do clima propício para o bom entendimento da cooperação bilateral.

Bezerra (2011) explica que a visita que o presidente Lula realizou à Espanha, em julho de 2003, serviu para transmitir confiança e buscar novos investimentos para estabelecer as bases e orientações das relações bilaterais nesta nova etapa. Foi do Rei Juan Carlos, da oposição socialista e dos líderes sindicais com os quais se entrevistou que Lula recebeu os maiores apoios. Segundo a imprensa Lula recebeu do Rei um sincero apoio “aos nobres esforços do governo brasileiro na luta contra a fome, a pobreza e a desigualdade social” e foi respaldado pelo PSOE e pelos líderes de Comissões Operárias e a União Geral de Trabalhadores para os que o novo presidente representava “uma esperança para a esquerda no mundo, para o desenvolvimento dos direitos humanos e para a defesa da legalidade internacional”. (Embaixada do Brasil em Madri, 2003).

De acordo com Lafer (2002) Brasil e Espanha vêm desenvolvendo a partir de uma participação ativa de seus setores público e privado, uma parceria sólida e ancorada, e com relações institucionais contribuindo para aumentar a presença de dos países no cenário internacional. No campo econômico, a participação de capitais espanhóis no processo de privatização dos setores de telecomunicações e de energia do Brasil, juntamente com a atuação dos bancos Santander e BBVA, levou a Espanha à posição de segundo maior investidor estrangeiro no País, logo após os Estados Unidos.

Em conformidade com Pino (2006) em relação aos investimentos espanhóis, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002 obteve um impacto positivo, mesmo que o governo de Aznar e os empresários espanhóis com interesse em investir no Brasil não fossem a favor e preferissem a vitória de José Serra [do Partido da Social-Democracia Brasileiro (PSBD)]. As primeiras medidas do presidente Lula afastaram os temores e acabaram as dúvidas que existiam em nas esferas políticas sobre a validação de um eixo na América Latina a qual teria Brasília como seu pivô central, nomeando Antonio Palocci e Henrique Meirelles para conduzir a política econômica, o rumo ortodoxo, e a ratificação do cumprimento dos compromissos internacionais com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os credores do País

Ayllón Pino (2006) reafirma que a boa imagem do presidente brasileiro também foi se construindo entre a opinião pública e as classes política e econômica espanholas e confirmada pelo anúncio da concessão ao presidente Lula do prêmio

Príncipe de Asturias de Cooperação Internacional, em junho de 2003, favorecendo um clima vantajoso um bom entendimento bilateral, apesar de ideias políticas desiguais de Aznar e Lula, graças ao próprio presidente Lula depois de anunciar que nem o presidente Espanhol Aznar era tão conservador nem ele tão esquerdista. O autor afirma ainda que a visita do presidente Lula à Espanha no mês seguinte serviu para transmitir confiança, buscou novos investimentos para o Brasil e reconduziu as bases e orientações das relações bilaterais nesta nova etapa. Os maiores apoios a Lula partiram do rei D. Juan Carlos I, da oposição socialista e dos líderes sindicais com os quais o presidente brasileiro teve entrevistas. De Aznar, com tudo, segundo a imprensa, Lula escutou reivindicações das empresas espanholas instaladas no Brasil sobre a necessidade de o governo brasileiro ajustar tarifas telefônicas as quais foram bloqueadas pela justiça há alguns meses. Apesar das particularidades de Lula e Aznar, a visita teve como desfecho um pré-acordo para o implantação de um plano bianual de ação, visando desenvolver possibilidades de cooperação bilateral política, econômica e social.

O documento final desta associação estratégica hispano-brasileira foi assinado no contexto da XIII Cúpula Ibero-americana da Santa Cruz da Sierra a Bolívia, no dia 14 de novembro de 2003. As relações hispano-brasileiras se beneficiaram com a vitória do Partido Socialista Operário Espanhol nas eleições de 2004 onde houve uma forte sintonia política e uma maior convergência ideológica entre Lula e Zapatero. Esta nova fase que se inaugurou com a chegada ao poder de Lula e, posteriormente, de Zapatero, aparecem com outras prioridades e novos caminhos para as relações hispano-brasileiras.

Convergência ideológica entre os governos Brasil e Espanha com predomínio da dimensão social e uma visão das relações internacionais mais compartilhada e solidária foram:

[...] ancoradas firmemente em um multilateralismo pacífico que aposta pelo protagonismo das Nações Unidas e que pretende fazer da luta contra o fome e do cumprimento dos Objetivos do Milênio sua bandeira mais representativa e foram vistas logo com a visita do ministro espanhol de Exteriores, Miguel Angel Moratinos, ao Brasil, em julho de 2004." (AGÊNCIA ANSA, 2008)

A título de informação, a visita do presidente espanhol Zapatero em janeiro de 2005 ao Brasil deliberou os instrumentos e tempos para continuar progredindo juntos, com base em que o Brasil é a aposta estratégica da Espanha na América do Sul.

A visita trouxe muito mais que acordos, abriu as portas para consolidação da troca de conhecimentos entre os países, aprimorou a pesquisa, vem no decorrer do tempo trazendo resultados significativos, e permitiu que os dois países se desenvolvessem nas áreas de ciência e tecnologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se a discussão aqui apresentada, o presente trabalho oferece explicações para determinadas indagações.

Primeiramente, é perceptível como os trabalhos desenvolvidos por Keohane e Nye oferecem novas perspectivas para o entendimento dos movimentos e fluxos no cenário internacional.

Constatou-se que cooperação, é muito mais que meros acordos, que a cooperação, surge até mesmo de relações conflituosas e opostas, que ela existe para a busca de dois ou mais autores para um objetivo comum.

Consignou-se, sobretudo que para as relações internacionais fluírem necessitou muito mais o que meros acordos e vontades, foi necessário a institucionalização destas cooperações, que mesmo havendo conflitos entre os autores ou cooperados, tem que haver entre estas cadências, para um objetivo comum maior

Neste mesmo decorrer é demonstrado como a cooperação internacional é benéfica e vantajosa para aqueles que a praticam, bem como, potencializa a harmonia e coesão entre os atores e entidades do Sistema Internacional.

Os envolvidos no processo de cooperação se comprometem a manter aquilo que foi negociado sustentando o acordo enquanto os outros também o fazem. Isso quer dizer que, acordos de cooperação se tornam condicionais em que os participantes percebem que a cooperação coletiva, ou bilateral, é a melhor estratégia de longo prazo em variadas esferas, sejam elas política, econômica, cultura ou acadêmica. Esse processo cria uma rede interdependente que trabalha em prol dos interesses compartilhados.

Houve também um destaque para a globalização e principalmente as mudanças econômicas mundiais ocorridas nas últimas décadas, principalmente após a segunda guerra mundial, e a grande consequência destas mudanças com a soberania do capitalismo e a consequente corporações transnacionais. Além delas, também foram destacadas instituições supranacionais, , como por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, entre outros, instrumentos auxiliares aos Grupos políticos, econômicos que foram criados para organizar, consolidar as relações entre os Estados Nações.

Evidenciou-se que a relação Brasil Espanha, nem sempre foi tão efetiva, passando por processos de disparidades de colaboração, havendo posteriores

avanços, a priori no Governo de Fernando Henrique Cardoso, e mais efetivamente na Era Lula, onde grandes transações foram efetivadas, principalmente no campo de intercâmbios acadêmicos, de forma bilateral os dois países, são cooparicipantes de grandes desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

Verificou-se que o Decreto que firma a cooperação entre os dois países é de 1992, mas desde então vários novos acordos foram consolidados.

Por fim, resta comprovado que foi na era Lula, que as relações Internacionais foram grandes proporções, foi nesta mesma era, que grandes acordos forma firmados, principalmente nas áreas de intercâmbio acadêmico, e por resultados teve-se grandes conquistas de cunho científico e tecnológico.

Por conseguinte, o caso Brasil-Espanha demonstra como tais benefícios podem ser alcançados e o quão positivo eles são. A cooperação acadêmica entre as duas nações foram essenciais para um estreitamento da relação bilateral, acarretando no desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas que propiciaram a colaboração nas esferas de interesses compartilhados.

E mais, com o advento de novas tecnologias, novos paradigmas, e com o processo constante de globalização, o cenário internacional tornou-se mais competitivo e mais exigente. Nesse contexto cada vez mais universalizado, é inadmissível se pensar em termos exclusivamente individuais, mas sim no mundo e possíveis parceiros, colaboradores.

Em outras palavras, nações que desenvolvem processos de cooperação entre si possuem uma vantagem comparativa em relação aos que não desenvolvem.

Em síntese, o trabalho aponta que os processos de cooperação na área acadêmica são essenciais para uma melhoria na qualidade de ensino e pesquisa. Demonstrando os resultados da cooperação bilateral brasileira hispânica e conseqüentemente, tal melhoria tem como resultado um melhor e maior desenvolvimento dos países que a promovem.

Conclui-se assim que a cooperação é ferramenta valiosa e essencial no meio internacional, uma vez que oferece possibilidades para crescimento, desenvolvimento, prosperidade e avanço para os envolvidos, podendo também ser considerada como mais uma contribuição para o desenvolvimento da educação não só localmente, mas também na rede globalizada da educação, proporcionando aprimoramento intelectual e desenvolvimento de novas tecnologias e qualidade de vida no mundo.

Vê-se, portanto como principal consequência os grandes avanços dos dois países, e os resultados significativos que a parceria, cooperação efetivou.

## REFERÊNCIAS

Ata. **II Reunião da Comissão Mista Espanha-Brasil de Cooperação**, Madri, 8 e 9 de outubro, 1997.

BEZERRA, Ada. **O Mito Lula: Política, Discursos e Cenário Midiático**. Campina Grande, 2011.

BRASIL. Brasília, DF: **Organização Mundial do Comércio**, 2010.

CERVO, Amado Luiz. **Conceitos em Relações Internacionais, Revista Brasileira de Política Internacional**. São Paulo, 2008.

CHURCHILL, Winston. **A Segunda Guerra Mundial (The Second World War)** (1948–1953). Boston, Houghton Mifflin. Comissão Europeia, 2004. Programa Erasmus Mundus. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/>>. Data de acesso: 30/10/2016.

Comissão das Comunidades Europeias, citado em **INFORME PROCOPI**, pág.120-1221.

DOWBORI, Ladislau, SACHS, Ignacy Sachs e Lopes, Carlos. **Riscos e oportunidades: em tempos de mudanças**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

Embaixada do Brasil em Madri, 2003. **Visitas de Alto Nível**. Disponível em: [http://madri.itamaraty.gov.br/pt-br/visitas\\_de\\_alto\\_nivel.xml](http://madri.itamaraty.gov.br/pt-br/visitas_de_alto_nivel.xml). Data de acesso: 30/10/2016.

FAUBAI. **XII Reunião Anual do Fórum das Assessorias das Universidades brasileiras para Assuntos Internacionais**. PUC de São Paulo, 4 a 6 de abril de 2001.

Folha de São Paulo, 30 de outubro de 2003, caderno A, pág.6.

GÓMEZ DOMÍNGUEZ, V.: “**La política de financiación en España: el caso del CDTI**”, Seminário Brasil Espanha, IPRI, Rio de Janeiro, 7 de abril de 2000.

GOMES, Henrique Manuel Candeias. **A Nova Ordem Mundial:Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Estudos Euro-Asiáticos. Lisboa – 2009.

HAAS, E. B. 1980b. **Technological Self-Reliance for Latin America: The OAS Contribution. International Organization**, Cambridge (MA), v. 34, n. 4, p. 541-570, Autumn.

**III Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha sobre Cooperação**, Madri, 7 e 8 de julho, 2003.

Informativo da Comissão de Processos Seletivos e Treinamentos, ano 4, nº 22, julho-agosto, 2002. **Convenio entre Universidades leva pernambucanos para a Espanha**. Disponível em: <http://www.covest.com.br>. Data de acesso: 31/08/2016.

KEOHANE, R. O. & NYE, J. S. 1977. **Power and Independence**. Boston: Little, Brown.

KEOHANE, R. O. 1982. **The Demand for International Regimes**. International Organization, Cambridge (MA), v. 36, n. 2, p. 325-355, Spring.

KREASNER, Stephen D. 2010. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes com variáveis intervenientes**. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n42/08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n42/08.pdf)>. Data de acesso: 31/08/2016.

LACERDA, Marco. 2005. **Novos rumos nas relações Brasil-Espanha**. Novos rumos nas relações Brasil-Espanha. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/314726/complemento\\_1.htm?sequence=2](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/314726/complemento_1.htm?sequence=2), Data de acesso: 27/11/2016.

LAFER, Celso. **Discurso de chefe de Estado**. Madri, 2002. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/infocred/info193-02.htm>. Data de acesso: 29/10/2016.

MANCCINI, Giulia. 2013. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Mecanismos, História e Eficácia**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/cooperacao-internacional-para-o-desenvolvimento-mecanismos-historia-e-eficacia>, Data de acesso: 27/11/2016.

MARCOVITCH, Jacques; BEIRÃO, Maria S. (editores). **Gestão da cooperação internacional: experiências e depoimentos**. São Paulo, 1993.

MOREIRA, Lauro. **Espanha passará a ter brasilianistas**. Folha de São Paulo, 25,10,2000.

Portal Brasil, 2013. **Professores da Uned da Espanha apresentam palestras em encontro da UAB**. Disponível em: [www.http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/11/professores-da-uned-da-espanha-apresentam-palestras-em-encontro-da-uab/](http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/11/professores-da-uned-da-espanha-apresentam-palestras-em-encontro-da-uab/) encontro-uab-18112013\_5883.jpg/view. Data de acesso: 31/08/2016.

PETRAGLIA, Izabel. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber**. 10. ed. Revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PINO, Bruno Ayllón. **As relações Brasil - Espanha na perspectiva da política externa brasileira (1945 – 2005)**. São Paulo, 2006.

PIMENTEL, Carolina. **Lula e Zapatero consolidam plano de parceria estratégica firmado em 2003**. Rio de Janeiro, 2005.

SEBASTIAN, Jesús. **Informe sobre la cooperación científica de España con América Latina**. Madrid, 1999.

STEIN, A. **Coordination and Collaboration: Regimes in An Anarchic World.** International Organization, Cambridge (MA), v. 36, n. 2, p. 299-324, Spring, 1982.

STALLIVIERI, Luciane. **A Cooperação Internacional na Universidade de Caxias do Sul.** Palestra proferida no III Encontro Nacional de Ensino de Línguas Estrangeiras. Caxias do Sul, 2001.

TERRA NETWORKS BRASIL, 2003. **Espanha quer aprimorar laços políticos com Brasil.** Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/mundo/espanha-quer-aprimorar-lacos-politicos-com-brasil, aebcdc840f0da310VgnCLD200000 bbcc eb0aRCRD.html>. Acesso em: 13/11/2016.

TRIPER, José María. **Brasil, la alternativa latinoamericana.** El País, 9 de janeiro de 2005.

TRUJILLO, Albeiro Mejia. **Desenvolvimento, Aprimoramento e Consolidação de uma educação nacional de qualidade.** Brasília, 2013. Disponível em: [HTTP://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13942-produto-1-revalida-cao-diplomas-pdf&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](HTTP://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13942-produto-1-revalida-cao-diplomas-pdf&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192). Data de acesso: 24/11/2016.

**XIII Cúpula Ibero-americana da Santa Cruz da Sierra, Bolívia (2003).**